**PLANEJAR PARA PRESERVAR: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO DETENTOR DE MEMÓRIA E IDENTIDADE DE E PARA TODOS**

**Território, cultura e identidades**

**RESUMO**

O patrimônio arquitetônico é o resultado de expressões materiais coletivas possuindo a capacidade de desencadear sentimentos, os quais estão intrinsicamente ligados na forma de agir, pensar e refletir. Baseado na revisão bibliográfica e documental, o texto objetiva refletir o conceito da preservação patrimonial, considerando a perspectiva cidadã e suas relações com a memória, identidade e o planejamento das cidades. Os resultados apontam que o patrimônio arquitetônico ganha sentido quando é reconhecido, apreciado e respeitado pela sociedade, frente sua importância para a construção e manutenção da história, identidade e memória dos lugares. Portanto, o planejamento urbano e o patrimônio arquitetônico precisam se complementarem para garantir a preservação da história e das tradições, já que tais materialidades contêm informações importantes sobre o desenvolvimento social e humano dos sujeitos que ali habitam.

**ASPECTOS METODOLOGICOS**

O estudo conta, ao considerar os procedimentos, com uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. A análise do conteúdo segue Bardin (1977) que envolve a sistematização, a análise e a interpretação, permitiu a extração de significados presentes nos materiais analisados para se obter uma compreensão mais completa do conteúdo.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Conhecer e apropriar-se do patrimônio arquitetônico permite com que as pessoas tenham a oportunidade de conhecer o próprio passado e a própria cultura, bem como a dos outros, viabilizando um intercâmbio sociocultural contribuindo para o reconhecimento e respeito mútuo. Para Oliveira e Callai (2018, p. 137) [...] “a arquitetura assume um papel que acaba por contribuir na formação da identidade de um local, na formação de grupos, de categorias sociais, e no resgate da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e as suas raízes”. Logo, ela faz parte da construção histórico-social e, embora possam não ter sido sempre útil no passado, hoje serve como referência e balizadora para o planejamento e ordenamento das cidades.

O planejamento urbano e a preservação do patrimônio precisam trabalhar juntos para garantir que a identidade e a memória das cidades sejam preservadas e transmitidas às gerações futuras, promovendo um senso de pertencimento e continuidade, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e cultural das cidades. Melo e Cardozo (2015) observam que os resultados dos processos de produção cultural da sociedade fazem parte da construção do ser humano, tanto individual quanto coletivamente, e, portanto, necessitam ser socializados fomentando assim a apropriação histórica formadora da identidade dos sujeitos. São diversas as formas que o patrimônio arquitetônico é concebido e toma forma, sendo resilientes capazes de resistir ao passar do tempo mesmo diante dos grandes processos urbanizadores da contemporaneidade.

A partir do momento em que há o reconhecimento da própria história, bem como da história do outro, por intermédio da preservação patrimonial, há a formação de um vínculo entre a sociedade e as materialidades ainda remanescentes. Oliveira e Callai (2018, p. 143) afirma que “a preservação da arquitetura é uma medida eficaz, pois garante que os sujeitos tenham a possibilidade de conhecer e reconhecerem-se em sua própria história e na de outros. É através dos bens patrimoniais que os indivíduos conseguem efetivar e se certificar de sua identidade cultural [...]”. Nesse entendimento, os bens patrimoniais fazem parte das mudanças que uma sociedade experimenta ao longo dos anos e, portanto, todos os cidadãos têm o direito de usufruir destes bens, independentemente de suas condições (econômicas, físicas, culturais, etc).

O planejamento urbano e a preservação do patrimônio arquitetônico são fundamentais para conservar a memória e a identidade de uma cidade, haja vista que ela se transforma em um reflexo vivo de sua história, cultura e valores. Oliveira e Callai (2018, p. 143) observam que “a preservação do patrimônio mostra-se através de uma grande complexidade, objetivando requalificar as cidades sem agredir a paisagem urbana, já que a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal”. O patrimônio arquitetônico propicia um momento de crítica e reflexão, haja visto que o mesmo não é estático propiciando a transformação, a criatividade e o enriquecimento cultural das cidades. Ao levar em consideração a preservação patrimonial, o planejamento urbano promove um ambiente que favorece uma conexão emocional entre os habitantes e o espaço urbano.

**RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMATICA**

Na sessão “Território, cultura e identidades” discute-se o planejamento e a gestão territorial refletindo modos de vida, práticas sociais e os conflitos territoriais vividos. Nessa seara, percebe-se que as cidades se constituem como lugares plurais e os espaços ocupados precisam atender à essa diversidade. O planejamento urbano combinado com a preservação do patrimônio contribui para a formação dos sujeitos por meio do exercício da cidadania estimulando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora. Ao fornecer acesso a informações e locais que, por muito tempo, eram inacessíveis para muitos, os bens patrimoniais permitem trazer referências históricas acerca do desenvolvimento das cidades e de como estas podem ser melhoradas ao considerar a expansão e adensamento urbano, para além da especulação imobiliária.

**REFÊRENCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

MELO, A. de; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 36, nº. 133, 2015.

OLIVEIRA, T. D de; CALLAI, H. C. Cidade e arquitetura: (re)conhecer e preservar através da educação patrimonial. **Revista Plures Humanidades**. Ribeirão Preto/SP, v. 19, n. 1, 2018.